

### **O Protagonismo indígena em Roraima e a constituição de 1988**

Os anos finais do século XX são muito importantes para os povos indígenas brasileiros porque trazem à tona questões que, em tempos anteriores, não eram levadas a sério tanto pelo Estado Nacional (que tutelava os índios nas suas decisões) ou mesmo pela sociedade civil nas relações de alteridade com os indígenas. Segundo Maria Regina Celestino de Almeida (2010) os povos indígenas tiveram participação essencial nos processos de conquista e colonização em todas as regiões da América. Na condição de aliados ou inimigos, eles desempenharam importantes e variados papéis na construção das sociedades coloniais e pós-coloniais. No início do século XX, com a SPI, a política indigenista do Estado deixa de ser apenas reconhecimento dos grupos indígenas ou simples uso mão de obra e passa a ser um processo de assimilação étnica, não necessariamente de respeito à diferença cultural e identitária indígena, mas que esses sujeitos pudessem ser integrados a sociedade nacional, e de tutela em especial no que se refere a temas relacionados às terras indígenas. Os indígenas brasileiros são, do ponto de vista contemporâneo, os mais interessados em que o país tenha uma política indigenista humanista e democrática, a qual os auxilie em sua luta pela permanência histórica e que dignifique a sua especificidade e diferença diferente da ideia de comunhão nacional. Este trabalho tem como objetivo discutir e analisar a partir das últimas décadas do século passado, a ascensão de grupos sociopolíticos que ocorrem durante os anos finais do século XX, interligado com a história do tempo presente, dando ênfase a Historiografia indígena do Brasil, em especial, os indígenas do nordeste de Roraima, da Terra Indígena Raposa Serra do Sol entre 1980-2005. Se fez também no trabalho a análise de suas mobilizações, organizações, reafirmações identitárias, e as relações de poder entre estes e os não indígenas envolvidos nesse processo, sejam por parte de um Estado Nacional tutelar ou das elites locais interessadas em explorar as terras indígenas, em algo que envolvia as demandas indígenas, buscando sempre o protagonismo indígena. Relaciona os direitos conquistados com a Constituição Federal de 1988, em especial a homologação da TIRSS, considerado o maior território indígena em área contínua do Brasil. As fontes são as atas das assembleias dos povos indígenas da região e as bibliografias sobre o tema, considerando as organizações sociais dos períodos da década de oitenta, noventa e começo de dois mil.